



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

### OFÍCIO Nº 1060/2026-01

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

**RODRIGO REIS DE SOUZA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

**Assunto: Requerimento nº 420/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Ana Paula Espina**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana informa que o pedido de instalação de ondulação transversal (lombada) na Rua Vigato não poderá ser atendido, conforme resposta *ad tempus*, relativa a Indicação nº 228/2025 (SEI nº 3524709.420.00013312/2025-56).

Ocorre que, após análise técnica, constatou-se que a via apresenta trechos em aclive e declive, condição que inviabiliza a implantação de ondulação transversal, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei nº 9.503/1997) e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, as quais vedam a instalação desse tipo de dispositivo em locais com inclinação acentuada, por representar risco à segurança viária.

Ressalte-se que a implantação de dispositivos físicos de controle de velocidade deve observar, de forma estrita, as disposições do CTB e as normas técnicas expedidas pelo CONTRAN. Nos termos dos artigos 21 e 24 do CTB, compete exclusivamente aos órgãos executivos de trânsito da União, dos Estados e dos Municípios a implantação, manutenção e operação da sinalização viária e dos dispositivos de controle de tráfego, sempre em conformidade com os padrões técnicos nacionais.

Ademais, o artigo 90 do CTB dispõe que nenhuma sinalização ou dispositivo de trânsito pode ser implantado em desacordo com a regulamentação vigente, sendo expressamente vedada a adoção de medidas que não atendam às especificações técnicas e legais aplicáveis.

Cumpre destacar, ainda, que as Resoluções do CONTRAN que disciplinam a utilização de ondulações transversais tratam esse instrumento como medida excepcional, condicionada ao atendimento de requisitos técnicos específicos, não sendo admitida sua implantação de forma indiscriminada ou por mera solicitação, sob pena de comprometimento da segurança viária, da fluidez do tráfego e do deslocamento de veículos de emergência.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**DAVID HILARIO NETO**  
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 30/01/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0832668** e o código CRC **859FADB2**.

---

Referência: Processo nº 3524709.420.00001060/2026-01

SEI nº 0832668